

CPMF deve ir à votação hoje

O governo está disposto a iniciar hoje o processo de votação da emenda constitucional que renova a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A estratégia das lideranças é concluir, com a sessão ordinária da tarde, o prazo regimental de duas sessões requerido para a inclusão de emendas na ordem do dia.

O líder do governo, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) espera a presença em plenário hoje de 352 dos 383 deputados da base governista. Caso se confirmem suas expectativas, a discussão e início da votação da matéria podem ocorrer numa sessão extraordinária à noite. Madeira calcula que a aprovação da CPMF em primeiro turno exigirá cerca de dez votações, das quais em pelo menos sete o governo precisará apresentar o quorum mínimo de 308 votos.

Além do texto principal da proposta, seis Destaques para Votação em Separado (DVSs) da oposição devem ser votados. Isso significa que a apreciação da matéria, em primeiro turno, dificilmente será concluída nesta semana. A principal votação de mérito sobre o texto principal poderá ocorrer na noite de hoje. Depois dessa votação, serão incluídos na ordem do dia os destaques a serem presumivelmente pedidos pelo PT (três DVSs), um do PDT, um do PSB e um do PTB, que, apesar de ainda integrar a base do governo, insistirá num destaque para reduzir a alíquota de 0,38% para 0,20%.

INDEPENDÊNCIA

O deputado Caio Riela (RS), vice-líder do PTB na Câmara, garantiu que seu partido votará favoravelmente à emenda constitucional que recria a CPMF. Segundo ele, a declaração de independência do partido e sua conseqüente saída da base de sustentação do governo só terão efeitos a partir da aprovação da CPMF. A bancada, no entanto, segundo Riela, insistirá na aprovação de uma emenda do deputado Luiz Antônio Fleury (SP) que fixa a alíquota em 0 20%.

A CPMF é o principal ponto do ajuste fiscal, com receita estimada para este ano de R\$ 7,5 bilhões. O imposto do cheque é, para o Fundo Monetário Internacional (FMI) e para a equipe econômica, imprescindível para restaurar a credibilidade brasileira junto ao mercado financeiro internacional.